Jogo Rápido
Boletim nº 318 17 de janeiro de 2014 www.assibge.org.br

Confira a proposta e as justificativas para uma nova Tabela Salarial no IBGE (Pag 3)

2014: COMEÇA UM NOVO ANO DE LUTAS
Pela abertura imediata de negociações!

Alegando um cenário econômico incerto e utilizando uma lógica comum em ano eleitoral, o governo já afirma não haver espaço para negociações em 2014. É preciso acelerar o calendário de lutas neste ano, que envolve um mega-evento no primeiro semestre (a Copa do Mundo) e as eleições gerais no segundo semestre.

Às vésperas do Natal, os servidores públicos federais (SPFs) foram surpreendidos por uma carta da Presidente. Nela, Dilma dizia que os servidores são responsáveis pelo fortalecimento da democracia e por avanços e conquistas que promovem um Brasil mais justo, através da prestação de serviços públicos de qualidade. Afirmava ainda que a categoria sempre seria reconhecida, já que nossa dedicação ampara seu "otimismo com o presente e com o futuro do Brasil".

Resta saber se foi ironia ou deboche, já que, no mesmo dia, a Presidente afirmou, via *Twitter*, que cabe a nós, servidores públicos, responder às vozes das ruas, referindo-se aos protestos que tomaram conta do País no ano passado.

É o governo Dilma que deve responder ao grito das ruas!

Somos nós, funcionários públicos, que garantimos o fornecimento de serviços públicos essenciais, mesmo suportando as mais difíceis condições de trabalho. E, por conta da precarização destes mesmos serviços, nos tornamos bodes expiatórios, enfrentando as reclamações da maioria da população. Por isso, os servidores públicos também tomaram parte das manifestações. Em 2012, como protagonistas em luta, e em 2013 como parte de um processo de levante popular, clamamos por melhores serviços públicos, por mais investimentos em saúde, educação, transporte, e em todas as áreas essenciais.

Só se oferece "serviços públicos de qualidade para todos, promovendo inclusão social e cidadania", como escreveu a Presidente Dilma, tratando os serviços públicos como prioridade, direcionando recursos para a valorização dos serviços e dos servidores. As declarações da Presidente buscam escamotear que o governo investe pouco no setor e, sempre que pode, promove cortes orçamentários em áreas sociais e arrocho salarial aos trabalhadores.

Afinal, quais os acenos do governo Dilma neste sentido? Só para contabilizar o período mais recente, a instituição do regime de previdência complementar do servidor público, a privatização do pré-sal, dos aeroportos, rodovias, ferrovias, o avanço das parcerias público-privadas em várias áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Tudo isso é financiado diretamente pelo setor público, com recursos do BNDES e Fundos de Pensão, sem falar nas imensas isenções fiscais e desonerações de folhas de pagamento aos grandes empresários que, por sua vez, não cumprem acordos, promovem demissões e auferem mais lucros.

O Estado é fiador e avalista dessas negociatas, entregando parcelas fundamentais dos serviços ao setor privado. As manifestações são uma forma de repudiar esse modelo, que privilegia minorias, esvazia os serviços públicos e entrega tudo o que interessa ao capital.

Calendário e Pauta de reivindicações (Pag 2)
Precarização do trabalho avança no IBGE (Pag 3 e 4)
Valorizar as Retribuições de Titulação (Pag 4)

CAMPANHA SALARIAL: MOBILIZAÇÃO IMEDIATA

A próxima campanha salarial dos servidores federais deve ser uma grande campanha em defesa dos serviços públicos. E não dá para esperar o Carnaval passar para iniciá-la. Afinal, três meses depois começa a Copa do Mundo e, se não estivermos preparados até lá para mostrar ao mundo os graves problemas que enfrentamos, o governo terá sucesso em sua política de transferir bilhões ao setor privado para garantir os megaeventos e passar a ideia de que tudo vai muito bem por aqui. Mais difícil ainda será pagar a conta depois.

Lembremos que antes da grande greve dos servidores de 2012, a proposta do governo também era reajuste zero. As conquistas - em maior ou menor grau - que os diferentes setores do funcionalismo obtiveram, foram frutos da mobilização, que conseguiu arrancar um compromisso diferente do governo.

No dia 22 de janeiro está previsto o lançamento da Campanha Salarial Unificada dos servidores federais em todos os Estados. Em 5 de fevereiro será o lançamento nacional da Campanha, em Brasília, com o protocolo da Pauta de Reivindicações Unificada junto ao Ministério do Planejamento (MPOG). Precisamos colar nossa Campanha Salarial com as mobilizações que devem ocorrer nos próximos meses, denunciando a gastança com estádios e os cortes nos serviços públicos.

A ASSIBGE-SN, contando com cada um de seus Núcleos de base, participa da construção dos atos nos Estados em locais fechados, debatendo entre os servidores, ou em locais abertos, com o conjunto da população, de acordo com a realidade de cada região. Também vamos fortalecer a caravana a Brasília. Informe-se junto ao seu Núcleo e participe!

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

- **22 de janeiro**
  Lançamento da Campanha Salarial Unificada com atos nos Estados
- **5 de fevereiro**
  Lançamento Nacional da Campanha Salarial 2014, com Ato em Brasília e protocolo da Pauta de Reivindicações
- **6 de fevereiro**
  Seminário Nacional sobre Dívida Pública
- **7 de fevereiro**
  Reunião Ampliada do Fórum das Entidades Nacionais dos SPFs

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- *Definição de data-base salarial em 1º de Maio*
- *Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações*
- *Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos de intenções firmados*
- *Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores*
- *Retirada de medidas provisórias e projetos de lei contrários aos interesses dos servidores públicos*
- *Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas*
- *Reajuste dos benefícios*
- *Antecipação da parcela 2015 dos acordos salariais firmados em 2012*

QUEREMOS SALÁRIOS DIGNOS!

A tabela salarial que reivindicamos assenta-se sobre alguns pressupostos, dentre os quais podemos destacar:

a) Garantir a valorização das Retribuições de Titulação: o valor da especialização (RT1) corresponde ao valor da GQ3, para cada nível; o valor do mestrado corresponde à RT1+50%; e o valor do doutorado corresponde à RT2+50%.

b) Reduzir as disparidades entre os níveis, através da interpolação entre salários de nível intermediário e de nível superior.

c) Garantir uma remuneração adequada a todos os trabalhadores do IBGE – condizente com o papel fundamental que cumprem no fornecimento de informações essenciais ao planejamento estatal – com a valorização do vencimento básico e sua aproximação dos patamares do Ciclo de Gestão.

d) Garantir a paridade entre ativos e aposentados, incorporando integralmente a GDIBGE ao vencimento básico.

e) Garantir que as retribuições por titulação e as gratificações por qualificação não se transformem em fatores de arrocho salarial com o tempo, mantendo uma correlação entre cada uma delas e vinculando seu reajuste ao do vencimento básico.

Abaixo, uma parte da tabela salarial protocolada junto ao MPOG (início e final de carreira).

Nível	Posição na carreira	Classe	Padrão	VB	RT1	RT2	RT3	Remuneração total			
								Sem RT	Com RT1	Com RT2	Com RT3
SUPERIOR	Final	S	III	19.031,35	2.326,77	3.490,16	5.235,24	19.031,35	21.358,12	22.521,51	24.266,59
	Início	A	I	11.971,76	1.539,16	2.308,74	3.463,11	11.971,76	13.510,92	14.280,50	15.434,87
Nível	Posição na carreira	Classe	Padrão	VB	GQ1	GQ2	GQ3	Remuneração total			
								Sem GQ	Com GQ1	Com GQ2	Com GQ3
INTERMEDIÁRIO	Final	S	III	12.902,61	644,54	1.224,62	2.326,77	12.902,61	13.547,15	14.127,23	15.229,38
	Início	A	I	8.198,82	426,36	810,08	1.539,16	8.198,82	8.625,18	9.008,90	9.737,98

O IBGE em perigo

Como ocorre em muitos órgãos públicos, o IBGE está sendo desmontado por uma política irresponsável e mesquinha, seguindo os planos de conter gastos com os serviços públicos e produzir mais com menos gente. Esta política bate de frente com as necessidades da população, que paga impostos e recebe cada vez menos em serviços.

Trata-se de um projeto que ameaça a própria imagem do IBGE, conquistada com sacrifício durante décadas, a partir do esforço e da seriedade de seus servidores. Centenas de colegas experientes estão se aposentando desde o final de 2013 e nos primeiros meses de 2014.

A direção do IBGE e o governo Dilma pretendem conter esta sangria de pessoal contratando servidores temporários, com salários ridículos, sem direitos trabalhistas, pouco treinamento e submetidos a permanente assédio moral, para dar conta inclusive das pesquisas contínuas. Por isso, dado a baixa procura, o IBGE prorrogou o prazo de inscrição do processo seletivo para 7.825 temporários.

Outra frente da ofensiva de desmonte do IBGE é o avanço da terceirização de setores da casa, com consultorias contratadas, a entrega da área de telefonia e de outros setores a empresas privadas, que passam a operar dentro do IBGE.

Uma gestão antidemocrática, que diz "amém" e "sim, senhor" ao governo, não abre espaços aos quadros da casa e pode comprometer a qualidade dos serviços do IBGE.

Em defesa do IBGE e de seus trabalhadores

Nossa Campanha Salarial deste ano deve não só reafirmar as reivindicações salariais da categoria, mas também pressionar pela democratização do IBGE, alertando a sociedade sobre os riscos que representa a atual gestão dos serviços públicos.

Em todo o país, a partir das Agências e Unidades Estaduais, devemos chamar a atenção da população e pedir seu apoio à luta por um serviço público de qualidade, com uma gestão democrática, com servidores bem pagos e treinados, além de equipamentos e instalações que dignifiquem o trabalho e a recepção aos usuários.

Q U E R E M O S :

- ***Reajuste de salários com base na proposta de Tabela Salarial apresentada pelo Sindicato;***
- ***Antecipação do pagamento dos 5% de reajuste, previsto para janeiro de 2015;***
- ***Concursos Públicos de curto prazo para preenchimento das vagas em aberto nos últimos anos;***
- ***Não à terceirização, fim do trabalho temporário;***
- ***Ampliação e respeito aos direitos dos servidores temporários;***
- ***Valorização das Retribuições de Titulação (RT);***
- ***Eleições diretas para Presidente e chefias de Departamentos e Unidades Estaduais;***
- ***Uma gestão democrática e transparente do IBGE, voltada para a maioria da sociedade.***

Governo amplia contrato temporário para três anos

Ao apagar das luzes de 2013 o governo Dilma decidiu prorrogar o contrato dos servidores temporários do IBGE de dois para três anos. A medida vale, inclusive, para os que já estavam trabalhando.

Ao contrário disso ser motivo para qualquer tipo de comemoração, trata-se de uma demonstração evidente que o governo quer mesmo reduzir o quadro de pessoal e trabalhar cada vez mais com quadro precário de pessoal no IBGE.

Na exposição de motivos encaminhada à Presidente Dilma, solicitando a ampliação do prazo máximo de prorrogações das contratações temporárias de pessoal realizadas pelo IBGE (EM nº 0285/MP SDH MJ MD), colocava-se que a contratação "tem se mostrado bastante adequada em termos de resultados", destacando que "essas atividades de campo têm caráter sazonal" e que "a necessidade dessa mão de obra, portanto, oscila ao longo do tempo".

O documento alegava que “a atividade desenvolvida por esse pessoal temporário possui caráter acessório” e que a “produção, análise, pesquisa e disseminação” estaria a cargo do pessoal efetivo, que também seria o responsável “por monitorar e acompanhar o trabalho de campo dos contratados temporariamente”. Assinalava ainda que "a tendência é de diminuição progressiva do quantitativo de pessoal dedicado a essas tarefas, em função da modificação rápida dos processos de trabalho de coleta de dados".

Como é evidente para qualquer ibegeano, essas afirmações contrastam dramaticamente com a realidade que enfrentamos.

Valorizar as Retribuições de Titulação

Ao final da campanha salarial passada, a direção do IBGE reconheceu que seria preciso corrigir as Retribuições de Titulação (RT) dos ibgeanos.

Portanto, além de uma necessidade, dada a importância de valorizar quem se esforçou para se qualificar, trata-se de uma dívida do período passado, que devemos lutar para conquistar.

Há vários abaixo-assinados circulando pela Casa, que buscam pressionar a direção do IBGE e o Governo Federal neste sentido. Reafirmamos nosso apoio a essa reivindicação e às várias formas de pressão e luta, ressaltando que:

a) Todas as conquistas que aparecem nos nossos contra-cheques foram fruto de nossa luta e organização coletiva, em cada momento histórico.

b) Precisamos ter cuidado ao comparar nossas RT com as de outros órgãos considerados de C&T: nas mesas de negociação, o governo tentou equalizar algumas carreiras, negociando em bloco, e cada órgão podia então escolher, face uma remuneração final muito semelhante, qual parcela da remuneração iria privilegiar, em detrimento das demais. Assim, por exemplo, a Fiocruz possui um Vencimento Básico parecido com o nosso, e RT bem maiores. Em contrapartida, sua parcela equivalente à Gratificação de Desempenho é bem inferior à nossa. Se ganhássemos as RT da Fiocruz, tendo como contrapartida uma redução nos valores dos pontos da GDIBGE, muitos trabalhadores perderiam.

Por isso é importante estar em sintonia com os pressupostos que construíram a tabela salarial aprovada pelos trabalhadores no último Congresso Nacional da ASSIBGE-SN e protocolada em Brasília.

I N F O R M E S

Cartilha sobre o FUNPRESP

Nas próximas semanas, a ASSIBGE-SN reproduzirá e distribuirá aos seus núcleos uma cartilha com informações sobre o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP).

Ação dos 3,17%

O Sindicato Nacional está centralizando a documentação referente à Ação dos 3,17% no Rio. No entanto, toda a documentação deve ser entregue aos Núcleos do Sindicato nos estados. É fundamental que os aposentados também estejam em alerta para isso e que procurem as coordenações dos seus respectivos Núcleos para entregar o material necessário o mais rápido possível.

Uniodonto e Icatu têm contratos alterados

Os contratos do Plano Odontológico da Uniodonto e do seguro de vida da Icatu sofreram alterações no final de 2013. É preciso ressaltar que esses contratos estavam em vigência há alguns anos: 2005, no caso da Uniodonto e 2010, no caso da Icatu. Os novos contratos estão no Portal da ASSIBGE-SN ***(www.assibge.org.br)****, no Menu Arquivos e Cartazes. Para mais informações entre em contato com a Corretora EMAS: Av. Rio Branco, 156 - sala 2.122 - Centro - Rio de Janeiro/RJ | Tels: (21)2532-4610 / 2220-0345 | e-mail: emasseguros@hotmail.com.*

Plano de Saúde Como fica o convênio com a GEAP?

Circulou a informação de que os servidores poderiam aderir sem carência ao plano da GEAP até o dia 04/02. A partir daí foi feita uma consulta do Sindicato ao IBGE sobre o assunto. A direção do IBGE afirmou que estaria tratando desta questão com o governo federal e que, nos próximos dias, lançaria um informativo aos servidores com orientações sobre o tema.

Na última reunião que tivemos com o IBGE, a Direção havia se comprometido a chamar alguém da GEAP para dar esclarecimentos aos ibgeanos sobre os planos, as condições, a rede conveniada, situação financeira, estrutura dos conveniados, etc. No entanto, até agora isso não foi feito.

Jogo Rápido • Boletim Informativo da ASSIBGE-SN | Sede: Av. Presidente Wilson, 210 - 8º andar - Castelo - Rio de Janeiro/RJ | CEP 20030-021
www.assibge.org.br | assibge-sn@uol.com.br | Jornalista responsável: Henrique Acker (MTb 17.635) | Programação visual: Juarez Quirino